

INTERVENÇÕES PAISAGÍSTICAS COMUNITÁRIAS: CIDADANIA PAISAGÍSTICA E AUTOGESTÃO DA PAISAGEM NO BAIRRO DO VASCO DA GAMA, RECIFE (PE)¹

Community landscape interventions: landscape citizenship and self-management of the landscape on the neighborhood Vasco da Gama, Recife (PE)

Maria Vitoria Andrade²

David Tavares Barbosa³

Caio Augusto Amorim Maciel⁴

RESUMO

As percepções sobre o meio ambiente no espaço urbano em bairros periféricos das cidades brasileiras condicionadas às desigualdades socioambientais refletem na interpretação da paisagem realizada pelos sujeitos sociais. A partir dessa questão, esse artigo apresenta como objetivo analisar as intervenções paisagísticas expressas pelos moradores do bairro Vasco da Gama, na cidade do Recife, Pernambuco. Neste bairro pode-se observar algumas ações comunitárias que expressam uma preocupação paisagística pelos habitantes locais: a construção de jardins improvisados com materiais recicláveis, de amenidades ecológicas e espaços de lazer que mudam as feições e espaços públicos do bairro. Na pesquisa, foi utilizado o método descritivo, com pesquisa bibliográfica, revisão teórica e investigação direta no bairro. Como resultado, podemos observar que as transformações paisagísticas atingem diretamente a esfera dos valores paisagísticos da comunidade, construindo novas perspectivas e reivindicações que buscam uma autogestão e uma ação direta dos moradores na gestão da paisagem e do espaço público.

Palavras-chaves: Paisagem. Intervenções. Cidadania Paisagística. Autogestão.

ABSTRACT

Perceptions about the environment in urban space in peripheral neighborhoods of Brazilian cities conditioned by socio-environmental inequalities reflect on the interpretation of the landscape made by social subjects. Based on this question, this article aims to analyze the landscape interventions expressed by residents of the Vasco da Gama neighborhood, in the city of Recife, Pernambuco. In this neighborhood can observe some community actions that express a concern for the landscape by local inhabitants: the construction of improvised gardens with recyclable materials, ecological resources and leisure spaces that change the features and public spaces of the neighborhood. In the research, the descriptive method was used, with bibliographical research, theoretical review and direct investigation in the neighborhood. As a result, we can observe that landscape transformations directly affect the sphere of the community's landscape values, building new perspectives and demands that seek self-management and direct action by residents in managing the landscape and public space.

Keywords: Landscape. Interventions. Landscape Citizenship. Self-Management.

¹ Pesquisa de iniciação científica desenvolvida na UFPE com bolsa FACEPE, concluída em 2022.

² Graduada em Geografia no DCG-UFPE. mariavitoria.andrade@ufpe.br.

✉ Rua Antônio Carvalho, 109, Centro, São Raimundo Nonato, PI. 64770000.

³ Doutor em Geografia pelo PPGG-UFRJ. Pesquisador vinculado ao LECgeo/UFPE e ao GEOPPOL/UFRJ. Atualmente é professor na UESPI. davidtgeo@gmail.com.

✉ Avenida Professor Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife, PE. 50670901.

⁴ Professor Associado do DCG-UFPE e membro do PPGeo-UFPE. Coordenador do LECGeo/UFPE. camorim3@terra.com.br.

✉ Avenida Acadêmico Hélio Ramos, sn, 5º andar, Cidade Universitária, Recife, PE. 50670901.

Introdução

Na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, sobretudo nos bairros da sua periferia, um dos principais aspectos que caracterizam a estrutura urbana corresponde à carência de áreas livres, amenidades ecológicas e espaços de lazer nos espaços locais. A partir da identificação dessas ausências, ganhou visibilidade no Recife, sobretudo a partir da década de 2010, a expansão de (re) apropriações de espaços públicos urbanos – praças, terrenos baldios etc. – por mobilizações comunitárias que buscam transformar espaços abandonados e/ou degradados em nichos de paisagismo e de cuidado estético. A partir da articulação dos moradores, observa-se a construção de jardins coletivos, praças improvisadas, estações coletoras de lixo e outras ações que expressam o aumento de preocupações ecológicas e estéticas no cotidiano das cidades.

Nesse processo, moradores situados num contexto de ausências expressam uma resistência cultural e simbólica ao demandar uma melhor qualidade de vida e bem-estar para seus lugares, participando ativamente do processo de gestão coletiva e comprometida da sua comunidade e de suas paisagens imediatas. A observação desses novos arranjos dentro da dinâmica da cidade, onde moradores passam a intervir nos espaços comunitários para superar as lacunas da infraestrutura urbana, são aqui consideradas como composições paisagísticas comunitárias (Andrade, Barbosa Maciel, 2021; Andrade e Barbosa, 2022): intervenções paisagísticas realizadas a partir do protagonismo de moradores locais que buscam se (re)apropriar dos espaços públicos e garantir uma melhor qualidade e bem-estar aos seus ambientes cotidianos, sobretudo nos bairros populares do Recife (PE). Em nossa pesquisa privilegiamos a observação da comunidade do Vasco da Gama, Zona Noroeste do Recife.

Assim, apresentamos como objetivo deste artigo analisar as intervenções e dinâmicas paisagísticas e socioespaciais desenvolvidas pelos moradores do bairro do Vasco da Gama, na cidade do Recife/PE. Consideramos que essas mobilizações construídas pelos habitantes dos bairros populares expressam um conjunto de reivindicações e denúncias dos moradores sobre as falhas estruturais observadas nos espaços públicos da cidade, assim como um interesse desses indivíduos de participarem do planejamento e gestão dos espaços públicos e da paisagem da cidade. Dessa forma, tais ações são aqui consideradas nos termos de Gohn (2011, p. 345) enquanto “movimentos sociais em torno da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade”, considerando que muitos desses novos nichos paisagísticos são construídos em áreas onde predominam uma precariedade da infraestrutura urbana, contribuindo para despertar um processo de resistência cultural e simbólica.

Nessa investigação, buscaremos apreender o papel dos imaginários geográficos e das percepções paisagísticas nessas ações comunitárias, compreendendo como esses atores articulam os seus discursos com o engajamento social em torno da mudança espacial. Interessa-nos analisar as percepções do meio ambiente no espaço urbano, sobretudo em bairros periféricos, onde as desigualdades socioambientais são mais evidentes e interferem na interpretação da paisagem pelos sujeitos sociais. Aqui, consideramos a partir de Zusman (2011, p. 23) que, face às intervenções do poder público (e ausências destas), os cidadãos podem “desestabilizar representações hegemônicas que muitas vezes correspondem apenas ao olhar de um ator ou de um setor social”, indicando-nos a importância de considerar as múltiplas vozes, agenciamentos e

Intervenções paisagísticas comunitárias: cidadania paisagística e autogestão da paisagem no bairro do Vasco da Gama, Recife (PE)
 Maria Vitoria Andrade, David Tavares Barbosa e Caio Augusto Amorim Maciel

protagonismos dos atores sociais na organização do espaço urbano. Desta forma, o estudo visa contribuir com a compreensão sobre o protagonismo e as formas de organização espacial dos movimentos sociais urbanos na periferia das cidades brasileiras.

Na apresentação dos resultados desta pesquisa, organizada a partir do estudo de caso e pelo método descritivo, buscaremos analisar determinado grupo social, a partir da identificação da existência de relações entre variáveis, buscando determinar a natureza dessa relação (Gil, 2002). No intuito de tratar das correlações e questões desencadeadas advindas das dinâmicas urbanas e dos movimentos paisagísticos no Recife, as etapas metodológicas incluíram o levantamento bibliográfico e imagético, seguidos de trabalhos de campos e entrevistas semiestruturadas para a identificação dos nichos paisagísticos, a escolha dos locais e a compreensão sobre as simbologias construídas pelos locais.

Portanto, a relevância deste trabalho repousa na apresentação e consideração dos cidadãos e cidadãs como agentes ativos e essenciais para a organização do espaço urbano, com ações e estratégias de intervenção capazes de desenvolver práticas inovadoras para dinamizar o espaço cotidiano. Logo, apresentando indivíduos engajados na busca por boas condições de habitabilidade urbana, que podem ser alcançadas com base no pensamento coletivo para solucionar problemas de forma barata, ágil e participativa, desenvolvendo novas formas de apropriação do espaço urbano. Se levarmos em conta as tendências atuais das cidades brasileiras, como o esvaziamento da convivialidade mediante uma arquitetura hostil¹ ou simplesmente em decorrência do medo do

outro, podemos considerar a importância dessas intervenções paisagísticas para uma maior dinamização dos espaços públicos de nossas cidades.

FRAGMENTAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO E COMPOSIÇÕES PAISAGÍSTICAS NA CIDADE DO RECIFE

Nossa análise baseia-se na observação de algumas ações realizadas na zona noroeste da cidade do Recife, caracterizada pela predominância de comunidades pobres situadas em morros e encostas carentes de infraestrutura. Recentemente, esses espaços passaram a contar com um conjunto de investimentos públicos para implantação de áreas de lazer, de convivência e paisagismo, destacando-se o **Mais Vida nos Morros**, projeto da Prefeitura da Cidade do Recife, criado em 2016, com a ênfase na instalação de algumas obras de infraestrutura e na pintura de casas e muros de arrimo. Como o nome indica, a ação concentra-se em comunidades pobres situadas em encostas e, a partir da seleção de determinados pontos, realizam pinturas e melhorias paisagísticas e estruturais em conjunto e consenso com os moradores, engajados no processo.

No desenvolvimento da pesquisa, observamos que além das ações institucionais, a preocupação estética é, também, parte das aspirações dos moradores. Há composições criadas pelos próprios moradores, de forma autônoma, para suprir a carência dos projetos governamentais. Alguns exemplos podem ser apresentados.

áreas livres, cercas elétricas, arames farpados, praças gradeadas, bancos públicos de geometria irregular e não ergonômicos, traves metálicas em portas de comércio, aspersão intermitente de água, dentre outras intervenções. Para maiores informações, acessar a matéria "Arquitetura hostil: o que é e como se manifesta na cidade". Disponível em: <https://revistaconstrua.com.br/noticias/arquitetura/arquitetura-hostil-o-que-e-e-como-se-manifesta-na-cidade/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

¹ Como arquitetura hostil consideramos um conjunto de intervenções realizadas em nossas cidades que contribuem para afastar e/ou excluir pessoas consideradas "indesejáveis" em locais públicos ou para proteger propriedades privadas. Alguns exemplos desses equipamentos hostis podem ser vistos na instalação de pedras sob viadutos e

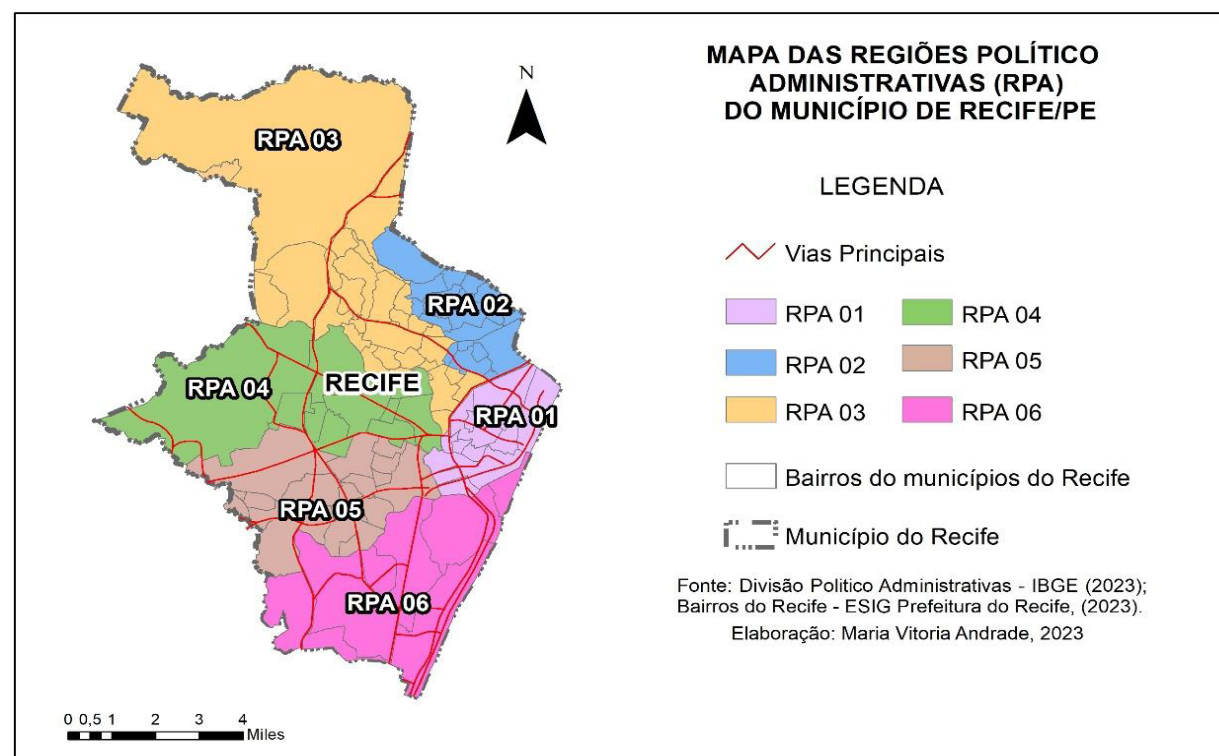
Primeiro, o caso da Rioteca, lugar criado e mantido por um morador da comunidade de Santa Luzia (bairro da Torre), que transformou um espaço abandonado em uma praça, biblioteca e área de lazer para crianças locais. Outros exemplos ocorrem no bairro do Vasco da Gama, com o Parque Vicente André Gomes e o “nicho paisagístico” da Rua Alto do Eucalipto. O primeiro, corresponde a um parque construído através da articulação dos moradores para transformar um terreno vazio. A partir da apresentação de uma demanda à prefeitura do Recife, contribuíram para a construção de um projeto que transformou a paisagem local com a instalação de uma área de lazer com plantas, grafites e equipamentos esportivos. O segundo, corresponde a uma ação autônoma criada por moradores de uma rua onde se costumava acumular lixo. Buscando resolver a situação, moradores criaram um jardim com mudas de plantas diversas, o uso de pneus reciclados como vasos e uma pintura destacada ao espaço.

Essas ações, de formas distintas e complementares, promovem a revitalização (paisagística) de espaços comuns (públicos) nos bairros por meio da ação comunitária. Em nossa compreensão, esses moradores, situados num contexto de ausências, expressam uma resistência cultural e simbólica ao demandar uma melhor qualidade de vida e bem-estar para seus lugares, mobilizando a comunidade para a constituição de uma cidadania paisagística. Interpretamos a cidadania paisagística como o conjunto de debate e ações que passam a considerar a paisagem como um recurso que pertence a todos, onde todos têm o direito de ver, estar e ser (n)a paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida (Barbosa, 2020).

As composições paisagísticas observadas no bairro de Vasco da Gama, localizado na Zona Noroeste do Recife e incluídas na RPA 3² (destacadas a seguir, na figura 1), encontram-se na maior composição territorial da cidade, caracterizada, dentre outros aspectos, por: presença de áreas de morros periféricos à planície litorânea, onde se observa alguns questionamentos e conflitos relacionados à falta de infraestruturas públicas como a pavimentação das ruas, a falta/ineficiência da limpeza urbana, além da ocupação de encostas, morros e Áreas de Preservação Permanente (APP), ocasionado pela presença do Rio Capibaribe e afluentes no local (Mendes; Melo; Andrade, 2011). Com isso, pode-se observar o reflexo dessa problemática urbana a partir das construções das composições paisagísticas: elas buscam superar as lacunas desses espaços vazios, a ausência de infraestruturas e a busca pela inserção de amenidades ambientais (como áreas verdes, jardins e praças arborizadas) não planejadas pela intervenção oficial.

A partir da observação dessas questões, podemos perceber que as preocupações com o meio ambiente no espaço urbano, principalmente em áreas verdes, tornam-se uma questão central no contexto contemporâneo, possibilitando a compreensão na natureza não apenas como um ambiente intocado, mas sobretudo como aquela presente também em nosso cotidiano. Essa é uma questão que é destacada por Gonçalves (2015) e indica-nos o problema do distanciamento das problemáticas ambientais relacionadas a espaços alterados e reproduzidos (transformados)

² O Município do Recife é dividido em 6 (seis) Regiões Político-Administrativas - RPA's, para efeito de formulação, execução e avaliação permanente das políticas e do planejamento governamentais, de acordo com a LEI Nº 16.293/97. Informações disponíveis em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1997/1630/16293/lei-ordinaria-n-6293-1997-dispoe-sobre-as-regioes-politico-administrativas-do-municipio-do-recife-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28. nov. 2023.

**Figura 1** – Identificação das Regiões Político Administrativas do Recife (RPAs)

Fonte: M. V. Andrade, 2023.

ou degenerados (poluído), sobretudo aqueles inseridos nas dinâmicas urbanas. Para esse autor, reaproximar sociedade e meio ambiente através do cuidado paisagístico pode contribuir para reforçar a função social e política da paisagem para as populações presentes e futuras, permitindo o reconhecimento desta como uma variável fundamental para garantir questões básicas aos cidadãos, tais como: a qualidade de vida, o bem-estar social, a saúde (física e mental), dentre outras (Gonçalves, 2015). Assim, a demanda por esses equipamentos relaciona-se com o intuito de amenizar as degradações ambientais, a partir da construção de amenidades ecológicas dentro do contexto urbano, visando o equilíbrio entre os fatores ambientais e desenvolvimento social.

Essas desigualdades socioambientais na cidade do Recife podem ser observadas a partir de alguns dados. Por exemplo, conforme destaca Carneiro (2004), a cidade do Recife apresentava em 2004 um total de 267

parques, praças, jardins e unidades de conservação, sendo 44 desses espaços no espaço da RPA 3, onde encontra-se inserido nosso objeto de análise. O número dos espaços verdes e de lazer nessa região encontravam-se dentro da média das regiões da cidade, mas, considerada a extensão territorial desse recorte regional, essa presença revela-se pequena e mais carente que em outras regiões da cidade, como podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade dos espaços verdes – UC's, Parques, Praças e Jardins no Recife (2004/2022)

Quantidade dos espaços verdes – UC's, Parques, praças e Jardins 2004 – 2022								
Espaços Verdes	RPA 1	RPA 2	RPA 3	RPA 4	RPA 5	RPA 6	Total	Ano
Unidades de conservação	1	1	3	4	6	4	19	2004
	2	1	6	4	6	5	24	2022
Parques	1	0	3	3	0	1	8	2004
	2	1	5	7	1	3	19	2022
Praça	32	21	33	33	39	61	219	2004
	55	47	65	74	74	106	419	2022
Jardim	6	2	5	3	1	4	21	2004
Áreas Verdes	23	12	5	12	12	3	67	2022
Total	40	24	44	43	46	70	267	2004
	82	61	81	97	93	117	529	2022

Adaptado: CARNEIRO, A. R. S. Os espaços verdes na história do Recife. Paisagem e Ambiente, [S. l.], n. 19, p. 67-81, 2004.

Fonte: Prefeitura do Recife. Dados Recife, Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Parques e Praças. Disponível em: <http://dados.recife.pe.gov.br/dataset/parques-e-pracas/resource/18e58d3b-8096-4bac-bc18-273bacd7d01c>. Acesso em: 16 fev. 2022.

Diante disso, em 2022, por sua vez, o Recife passou a apresentar um número maior de equipamentos urbanos e a inclusão dos recursos ambientais de preservação com o aumento das UCs, parques e jardins. Nos dados apresentados pela Prefeitura do Recife, observa-se que a classificação das áreas verdes mais expressivas são as praças, que ocupam a grande maioria das áreas verdes (Prefeitura do Recife, 2022). Além disso, levando em consideração as dinâmicas das RPAs e as questões apresentadas por Carneiro (2004), a desigualdade nos espaços verdes ainda encontra-se refletidas no território pois, apesar do seu crescimento, as regiões com índices socioeconômicos mais elevados ainda recebem mais infraestruturas e investimentos nesta questão.

Se a discrepância na presença dos espaços verdes e de lazer podem ser observadas através da comparação entre as regiões administrativas da cidade, elas também podem ser verificadas a partir dos dados de dois bairros presentes na RPA 3, que envolve o nosso recorte. Na Figura 2, destacado a seguir, a partir dos dados de 2022 disponibilizados pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura da Cidade do Recife, é possível observar uma desigualdade dos equipamentos urbanísticos voltados ao lazer e convivência com a natureza nesses bairros: enquanto em Casa Amarela, bairro de classe média da Zona Noroeste do Recife, observa-se a existência de três praças e uma área verde, no bairro do Vasco da Gama, bairro com perfil popular, existem apenas duas praças e nenhuma área verde.

Conforme destacam Reynaldo e Alves (2013), essas falhas e desigualdades estruturais estão presentes desde os primeiros planos urbanísticos da cidade onde pode-se observar que os bairros que estavam perto das dinâmicas do setor portuário foram incluídos no processo de sua remodelação, a partir de 1910,

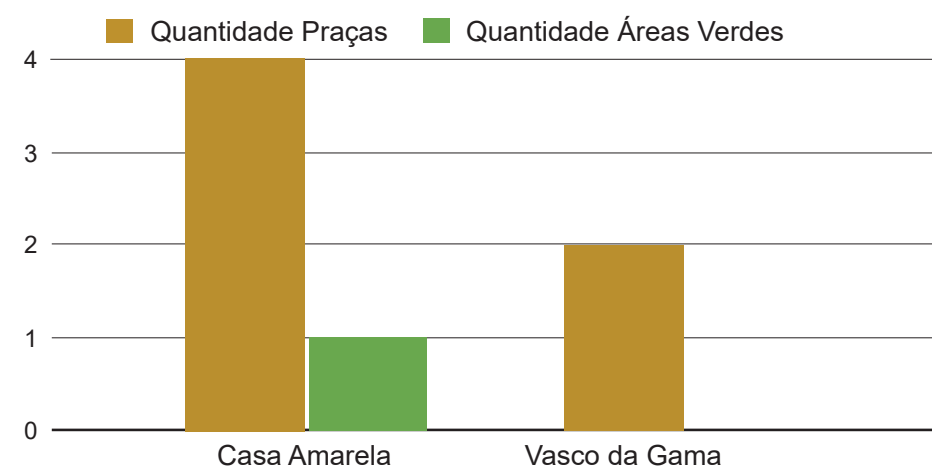


Figura 2 - Proporções de praças, parques e áreas verdes nos bairros de Casa Amarela e Vasco da Gama

Fonte: Prefeitura do Recife. Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Parque e Praças, 2022. Disponível em: http://dados.recife.pe.gov.br/fa_IR/dataset/parques-e-pracas/resource/18e58d3b-8096-4bac-bc18-273bacd7d01c?inner_span=True. Acesso em: 15 jan. 2022.

recebendo a maior parte dos serviços públicos planejados. Logo, o planejamento de ações e políticas públicas que privilegiam todo o corpo social é uma problemática antiga dentro da cidade, levando em consideração a escassez de planos e ações que incluam as regiões periféricas e suas grandes extensões nas intervenções urbanísticas, como o caso da região aqui considerada.

Ademais, conforme destaca Gonçalves (2015), a questão da paisagem na cidade do Recife pode ser compreendida como um fenômeno sociopolítico que tem sido negligenciado por diversos atores, tanto os agentes político-estatais como a sociedade em geral, sendo um reflexo das crises de representação, da ética, da política e da questão ambiental na cidade. Entretanto, buscando superar essas crises na gestão da paisagem, observa-se em diferentes pontos da região metropolitana do Recife a articulação de

Intervenções paisagísticas comunitárias: cidadania paisagística e autogestão da paisagem no bairro do Vasco da Gama, Recife (PE)
 Maria Vitoria Andrade, David Tavares Barbosa e Caio Augusto Amorim Maciel

moradores em busca de promover seu bem-estar e superar a ausência de infraestruturas, os estigmas sociais e os problemas ambientais de suas comunidades. Algumas dessas ações podem ser observadas a seguir, na figura 3.



Jardim Secreto completa três anos: Esforço coletivo, mudança e resultado

25 DE JUNHO DE 2020 • LETÍCIA LINS • CIDADE

Figura 3 – Pannel temático das composições e nichos paisagísticos ocorridos em toda Região Metropolitana do Recife (RMR).

3A– Jardim Secreto completa três anos: esforço coletivo, mudança e resultado.

Fonte: Lins (2020).



3C – Moradores do Jardim Brasil 1 transformam praça abandonada em um espaço de convivência

Fonte: NE2 (2019), Acervo Iconográfico da mídia local.



3B– Moradores transformam espaços abandonados em área com brincadeiras e livros.

Fonte: Carvalho (2020)



3D – Moradores transformam área abandonada em praça para comunidade
 Fonte: Oliveira (2016).

Atualmente, essas ações questionam e reivindicam uma melhor gestão da paisagem e dos espaços públicos de suas comunidades, denunciando a ausência e/ou ineficiência da atuação estatal. Assim, a implantação de áreas verdes e de convivência feitas pelos próprios moradores é uma das finalidades das intervenções paisagísticas realizadas pelos moradores, buscando estimular novos usos dos espaços públicos e um maior envolvimento dos grupos locais com a gestão do seu espaço. Além disso, na luta contra a degradação das condições de habitabilidade, as revitalizações paisagísticas apresentam um caráter de denúncia dessas condições deficitárias, tanto ambientais quanto advindas da carência de serviços básicos e infraestruturas. Em especial, no Vasco da Gama são encontradas uma diversidade de inferências e questões que serão desenvolvidas no próximo tópico.

CIDADANIA PAISAGÍSTICA E AUTOGESTÃO: EMERGÊNCIA DO PROTAGONISMO POPULAR FRENTE ÀS CARÊNCIAS PAISAGÍSTICAS

As intervenções espaciais consideradas neste artigo estão relacionadas diretamente com as questões e demandas paisagísticas dos moradores, assim como com as histórias dos lugares onde estão inseridas e construídas, expressando um caráter político das disputas que existem no espaço urbano. Ao desenvolver ações que demandam a melhoria e o reconhecimento das marcas territoriais que se identificam, esses moradores passam a utilizar as materialidades dos espaços públicos para tornar visíveis suas demandas e produzir uma paisagem que torna ela mesma um meio de ação política. Assim, é possível verificar conexões entre as demandas expressas pelos habitantes (a partir da intervenção paisagística) e o exercício da cidadania. Nessas ações, a paisagem

se torna um importante caminho na luta pelo reconhecimento (social, cultural, político, jurídico) e pertencimento dos grupos no território e na sociedade.

Essa perspectiva paisagística que considera o agenciamento dos sujeitos na sua (re)construção cotidiano aproxima-nos da concepção de Serrão (2013, p. 8, apud Gonçalves, 2015, p. 103) que destaca que a paisagem pode ser considerada como uma superfície permeada de sensibilidades e expressões do Ser, permitindo-nos considerar que o corpo humano é um elemento mediador e relacional, com expressões sensíveis que se estabelecem entre a corporeidade e sua relação com a exterioridade, com o mundo que habita. Ademais, conforme complementa Alves (2001), é através das questões sensoriais, afetivas, simbólicas e materiais observadas no espaço vivido que os indivíduos alteram a paisagem, fazendo-se necessário a compreensão dessas dinâmicas cotidianas.

Assim, a partir dessas questões, compreende-se que a paisagem reflete os valores dos indivíduos e da sociedade que a integram, evidenciando-se, no contexto atual, em geral, a lógica individualista que caracteriza o apartamento dos seres humanos em relação à natureza, quando sobrepõem suas vontades aos demais seres vivos (Gonçalves, 2015). Essa pontuação é bastante necessária uma vez que a paisagem se coloca como objeto de disputa de diferentes interesses e que, no contexto recifense, observa-se a existência de um grupo de maior desenvolvimento econômico se beneficiando do direito paisagístico dentro das dinâmicas da cidade, como foi mencionado anteriormente.

Entretanto, no contexto contemporâneo podemos observar que a paisagem passa a ser mobilizada também a partir do protagonismo dos moradores nos bairros periféricos. Nesses espaços, podemos observar a expressão de uma visão mais horizontal da paisagem,

considerada como um bem comum, conforme os termos apresentados por Besse (2018): o exercício não de uma propriedade sobre a paisagem, mas da sua função social, compartilhada por todos, a partir da ruptura com os interesses individuais, econômicos e as formas de gestão e governança usuais como a paisagem é abordada em nossas cidades.

É nesse ponto que consideramos que essas intervenções expressam uma cidadania paisagística, no sentido que suas ações manifestam uma demanda pelo direito de ver, ser e estar na paisagem: ver um lugar bonito e aprazível em suas comunidades; ser e estar como participantes do processo de gestão dessas paisagens, compreendendo que seus lugares e suas presenças são centrais para pensar uma gestão inclusiva da cidade. Essa cidadania paisagística pode ser garantida, em nossa compreensão, a partir da associação de duas questões ao debate paisagístico no contexto do planejamento urbano: participação e gestão. Participação através da necessidade de incorporar a população na identificação dos valores paisagísticos, mas também no planejamento/gestão dos seus quadros paisagísticos. E, conseqüentemente, uma gestão que deve ser realizada a partir de uma perspectiva participativa, compartilhada e comprometida, com a criação de espaços que possibilitem encontros, debates e acordos sobre os interesses conflitantes (Barbosa, 2020).

Tais questões permitem-nos compreender que o debate paisagístico contemporâneo se faz não apenas a partir da valoração das formas, mas principalmente pelo reconhecimento dos valores e relações espaciais construídos por ações ordinárias. São debates que estimulam uma leitura da paisagem como parte dos sujeitos que nela se reconhecem e com ela estabelecem uma ligação, produto e condição de sua existência, em conexão aos processos territoriais cotidianos dos sujeitos nas suas relações com o mundo

circundante. Essas questões indicam-nos a necessidade e possibilidade de aproximar a abordagem da paisagem das reflexões sobre a democracia e do exercício da cidadania, a partir da discussão sobre as formas como racionalidades paisagísticas participam da ação política de grupos sociais dentro de suas reivindicações por direitos e engajamento de suas cidadanias. Tais questões são essenciais às preocupações das abordagens cultural e política da geografia, da geografia social, enfim, visto que possibilitam compreender de que forma a paisagem articula, a um só modo, pensamentos, ações e negociações necessárias à manutenção da sociedade democrática (Barbosa, 2020).

Nesse contexto, as composições paisagísticas aqui consideradas são construídas pelo compromisso dos moradores locais, envolvidos em todas as etapas: na construção dos projetos de ocupação, nas ações de manutenção diária e nos desdobramentos pela reivindicação do direito à paisagem, considerado aqui na demanda de melhoria dos lugares, da instalação de infraestruturas ao cuidado estético. Essas ações revelam um movimento mais amplo da sociedade em direção aos debates que envolvem a importância do cuidado ambiental e paisagístico na consolidação da cidadania e da justiça social, permitindo-nos uma aproximação com o direito à paisagem e a cidadania paisagística (Barbosa, 2020).

Assim, essas intervenções podem ser compreendidas como expressões territoriais dos mais pobres na cidade. A partir dos relatos e discursos dos moradores do recorte desta pesquisa, podemos observar que suas articulações envolvem a reivindicação de espaços aprazíveis e com expressões do bem-estar social. Consideramos que elas buscam mostrar que essas pessoas residem em lugares onde acontece um cotidiano cujas condições podem ser melhoradas, com intervenções pensadas não apenas em nome da necessidade ou da

Intervenções paisagísticas comunitárias: cidadania paisagística e autogestão da paisagem no bairro do Vasco da Gama, Recife (PE)
 Maria Vitoria Andrade, David Tavares Barbosa e Caio Augusto Amorim Maciel

redução dos riscos, mas pelo incremento da qualidade e do bem-estar coletivo.

Nas composições paisagísticas observadas, a cidadania paisagística se expressa a partir do movimento de autogestão dos moradores com suas atuações no espaço, pois refere-se exatamente ao aspecto social de atividades coletivas que buscam resolver os problemas estruturais verificados nos bairros: ações que buscam impedir o acúmulo de lixo, construir espaços de lazer e convivência e/ou criar espaços com uma estética agradável e aprazível. Ademais, essas ações contribuem para uma ascensão do ativismo social em forma de protagonismo coletivo, estruturados a partir de novos nichos ou praças que se originam a partir da ação dos moradores. Movimento que se opõe à perpetuação de um imaginário coletivo e estrutural que usualmente caracteriza as favelas/periferias como lugares de acúmulos negativos, em termos de violência e degradação da paisagem urbana.

Como destaca Besse (2014, p. 251), apoiado nas reflexões de J.B. Jackson, essas percepções paisagísticas que se desenvolvem na escala da proximidade e das vivências, contribuem para “personificar a nossa existência (o nosso estar no mundo)”, ao mesmo tempo que “traduz o fato de que somos habitantes do mundo”. Assim, em função dessas tentativas de viver em harmonia com o mundo que os cerca, esses moradores demonstram um raciocínio paisagístico vinculado na elaboração vernacular da paisagem, a partir de um conjunto de práticas e usos continuamente elaborados e ajustados ao contato com o lugar.

Igualmente, no protagonismo dos moradores é possível ver a autogestão como elemento social que cresce com as intervenções na cidade, partindo da livre associação dos indivíduos para a apropriação de um modo de vida. Essas questões permitem-nos

observar, a partir de Lefebvre (2017, p. 140), que a autogestão se expressa como um movimento social que se organiza “por consequência das contradições que nascem do Estado como aparelho político, que buscam solucionar e superar totalidades, contestando e reintroduzindo uma nova maneira de desenvolvimento da sociedade”. Ou seja, são estratégias de autogestão que se desenvolvem como uma crítica à ausência da ação do Estado e que expressam uma ação e um projeto político. A partir das questões expostas por Lefebvre (2017), consideramos que essa autogestão permite que os moradores tenham as suas próprias vidas em suas mãos, de modo que esta passe a ser a sua obra, expressando um processo de apropriação e desalienação das suas relações socio-espaciais.

Assim, a questão da autogestão na cidade do Recife encontra-se muito interligada às composições paisagísticas comunitárias nos bairros periféricos. Nesses espaços, observa-se a articulação dos moradores para buscar soluções para a má qualidade da infraestrutura legada pelo Estado, como o intuito de ter o direito à cidade e a dignidade de um espaço de lazer, desocialização ou um bairro esteticamente bonito, verde ou sem áreas de acúmulo de lixo. A autogestão se insere no cotidiano como forma de engajamento dos moradores para a construção e/ou consolidação de um espaço de convivência e lazer melhor dentro do território dos seus bairros.

PROTAGONISMO POPULAR: INTERFERÊNCIAS PAISAGÍSTICAS, MEIO AMBIENTE E CUIDADO ESTÉTICO

As ações advindas do protagonismo popular através da cidadania paisagística e da autogestão do bairro do Vasco da Gama são de origem bastante complexas e apresentam

uma diversidade de atores e elementos. Com isso, os dados e reflexões apresentadas abaixo são derivadas dos trabalhos de campo desenvolvido em alguns pontos nos limites territoriais do bairro, os quais tiveram o intuito de observar e identificar as dinâmicas do espaço vivido e as relações das intervenções paisagísticas com os moradores locais, suas identidades e movimentos sociais. Dessa maneira, na metodologia dos trabalhos de campo houve a identificação dos pontos das composições paisagísticas, além da realização de algumas entrevistas com os moradores, totalizando 24 respostas completas, com variações de gênero, idade e lugares em que habitam.

A partir disso, no Vasco da Gama foram identificados vários pontos de intervenções paisagísticas. Os mais presentes, em quase todo o território do bairro, são o que nomeamos de nichos, expressando apropriações feitas de materiais recicláveis e arbustos relacionadas diretamente com descarte indevido de lixo (ver figura 4a). Da mesma forma, destaca-se o Parque Vicente André Gomes (ver figura 4b) derivado das articulações dos moradores em busca da infraestrutura urbana, como pode ser observado na figura 4.

Os nichos paisagísticos são composições menores, construídos através do incômodo dos moradores locais com a problemática do descarte do lixo onde estes eram acumulados, gerando alguns impactos, tais como atrapalhar o fluxo diário das pessoas e atrair insetos e ratos. A partir disso, ocorreu a articulação dos moradores para criação dos nichos compostos por materiais recicláveis como pneus pintados, pequenos arbustos e plantas ornamentais organizados para recuperar o espaço e torná-lo mais agradável, buscando resolver o problema do acúmulo de lixo. Nos trabalhos de campo, quando questionados sobre a existência dos nichos, a grande maioria respondeu que já avistou e acha que as ações são bastante positivas, permitindo uma transformação estética do bairro, como pode ser visto nas figuras 5, 6 e 7.



Figura 4 – Identificação das Intervenções Paisagísticas no bairro Vasco da Gama, Recife (PE)

4A – Nichos Paisagísticos da Rua Alto do Eucalipto

Foto: M. V. Andrade, 2022.



Figura 4 – Identificação das Intervenções Paisagísticas no bairro Vasco da Gama, Recife (PE).

4B – Parque Vicente André Gomes

Foto: M. V. Andrade, 2022.

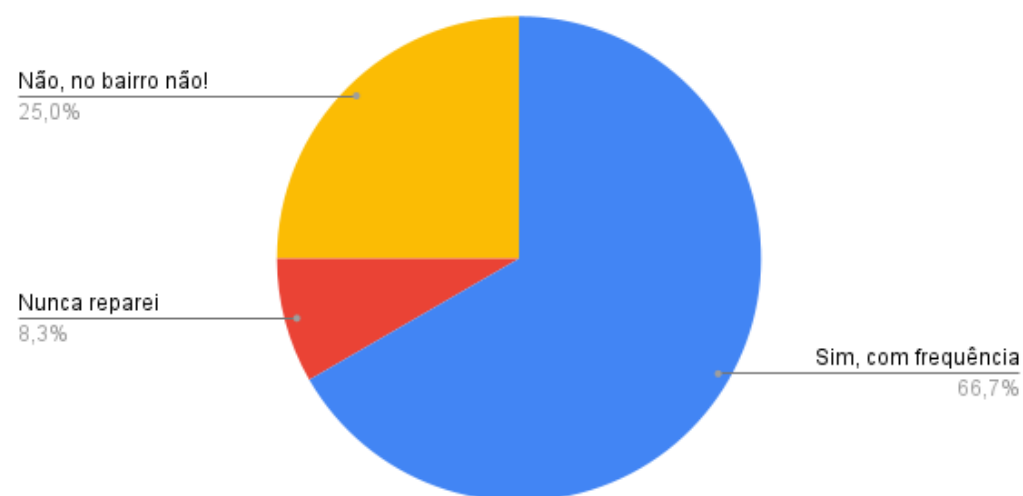


Figura 5 – Identificação das composições pelos moradores do Vasco da Gama
Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

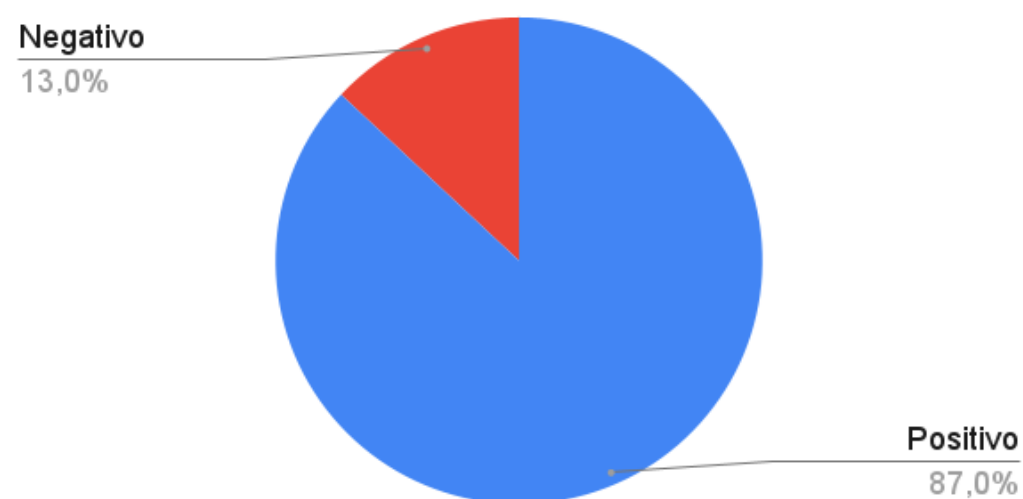


Figura 6 – Percepção avaliativa sobre os nichos pelos moradores do Vasco da Gama
Fonte: Trabalho de Campo, 2022.



Figura 7 – Percepção dos moradores sobre o movimento estético no bairro Vasco da Gama
Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

Perante o exposto, é possível apontar que existe a identificação do movimento pelos moradores e uma certa concordância de suas construções, ressaltando a importância das composições dentro do bairro. Da mesma forma, os moradores compreendem que essas ações seriam benéficas, possibilitando uma educação paisagística aos demais moradores, uma vez que essas composições estimulam que os espaços do bairro não sejam destruídos ou degradados pela presença do lixo, por exemplo.

Além disso, este modo de intervir no espaço e de valorização da paisagem engloba questões de educação ambiental, uma vez que estão relacionadas com o combate ao acúmulo de lixo. Como a geomorfologia do bairro é composta por áreas de morros com encostas declivosas, o que ocasionou uma ocupação urbana realizada a partir de becos e escadarias estreitas, as ações tradicionais de coleta do lixo (através de caminhões) não podem ser realizadas, complexificando a situação do lixo no bairro e criando conflitos

com/entre os moradores. Conforme destaca Menezes (2014, p. 50), em “territórios com loteamentos de construções irregulares”, sobretudo nos espaços de morros, o acesso aos serviços públicos, como o saneamento ambiental e coleta do lixo, ocorrem com mais dificuldades, apontando falhas estruturais das políticas públicas de saneamento no município. Assim, a educação ambiental, o cuidado estético e a adaptabilidade da coleta de lixo ao contexto local assumem uma importância central para tentar resolver esse problema ambiental do bairro.

Ademais, essas iniciativas de educação ambiental dos moradores periféricos urbanos através da autogestão e da cidadania paisagística articulam o debate sobre o cuidado com o ambiente, com o direito à cidade e com o bem-estar da população, considerando-as como partes interdependentes da vida urbana. Como argumentam Cassiano, Silva e Silva (2006, p. 26) “atos visando mudança de hábitos precisam partir de uma esfera interna para atingir a coletividade”, destacando-se a importância dessas ações que articulam ações individuais, a integração com outros autores e a associação com outras ações do dia-dia. Desta maneira, os nichos paisagísticos podem ser relacionados ao protagonismo local de modo a ressaltar a percepção ambiental individual de modo ativo realizando transformações para superar lacunas pouco desenvolvidas na sociedade, principalmente no espaço urbano periférico.

Outro ponto a ser ressaltado, além do cuidado com o meio ambiente, são as mudanças na percepção estética e paisagística do bairro e da cidade. Quando questionados sobre o efeito paisagístico dos nichos no bairro, a grande maioria relatou desenvolver “um novo ar, deixando mais bonito e organizado” como pode ser visto no Gráfico 5, apresentado acima. São ações que expressam um movimento desenvolvido pelos moradores na tentativa de construir

uma “convivência harmônica” da comunidade com o espaço da cidade, a partir da adoção de uma retórica paisagística que se aproxima de uma leitura estética centrada na experiência e no engajamento das pessoas em seus territórios (Berleant, 2013; Sgard, 2010). O “novo ar” e o “bonito” têm relações diretas com a construção de intervenções que valorizam o modo de ver e viver desses habitantes com a cidade, com uma leitura paisagística que se aproxima dos imaginários paisagísticos e das dinâmicas territoriais construídas nas relações entre os grupos sociais, os equipamentos urbanos e as particularidades do sítio físico-natural (Berleant, 2013; Sgard, 2010).

Logo, a presença dos nichos e as simbologias construídas pelos moradores locais podem ser compreendidos como uma forma de expressar seus valores, identidades, crenças e interpretações sobre a paisagem, além de suas reivindicações sociais. Como observamos nos relatos dos entrevistados, a organização e embelezamento das ruas é mais um reflexo de como aquela população espera que o lugar que elas habitam sejam agradáveis e bonitos tal como consideram os demais pontos organizados e limpos que existem em outros espaços da cidade.

O Parque Vicente André Gomes, no bairro do Vasco da Gama, por sua vez, inaugurado em dezembro de 2020, também apresenta um processo de revitalização diferenciada, como pôde ser observado a partir de algumas entrevistas feitas em campo. Os relatos destacam que o local onde hoje existe a praça costumava ser abandonado e vazio, e que isso incomodava os moradores. A partir dessa inquietação, os moradores se articularam com alguns políticos locais para requalificar e construir um novo espaço, de preferência, uma área de lazer que não existia no bairro. Com isso, levaram o projeto para a Prefeitura, que foi aceito e desenvolvido através do diálogo

entre gestores públicos e atores locais. Atualmente é um ponto em evidência no bairro mudando a paisagem, com quadra esportiva, e área de recreação para crianças com grafites e equipamentos para uso público (ver Figura 4B). Por ser algo muito recente na cidade, nos GPS e Google Maps o Parque Vicente André Gomes (ver Figura 8) ainda não aparece visível, sendo um ponto ainda desconhecido por outros moradores da cidade ou de outras partes do bairro.

A partir do protagonismo presente nas composições e intervenções paisagísticas dos jardins e praças nos bairros pode-se analisar as trajetórias espaciais dos corpos para a constituição dos lugares ressignificados, visto que isto está muito ligado com a atuação dos indivíduos e sujeitos coletivos em prol de qualidade de vida e da cidadania paisagística. Assim, a corporeidade é um viés importante a ser analisado pois, como destaca Sousa (2009, p. 37) “no esquema: ser + corpo + outros seres = organização do lugar”, compreende-se que essa questão se expressa a partir de uma relação entre os indivíduos e destes com os espaços do bairro na (re)projeção dos seus lugares e na reformulação paisagística dos seus espaços vividos.

Portanto, nos discursos das composições paisagísticas no Vasco da Gama, torna-se evidente que existe uma construção de memória social coletiva, referente aos espaços das composições, advindos das vivências entres os moradores, colaboradores e frequentadores cotidianos dos locais, gerando o protagonismo social coletivo como parte do sentimento de pertencimento criado a partir dessa rede complexa das relações. Essa questão se expressa, sobretudo, a partir da construção de nichos e composições paisagísticas que expressam formas de cuidado e/ou preocupação estético-ambiental com o lugar onde vivem. Tais ações, se desenvolvidas de forma consciente, podem motivar os habitantes locais e os eventuais



Figura 4 – Dinâmicas de articulações do Protagonismo para o Protagonismo para o Parque Vicente André Gomes

4B– Ponto sem a interferência da ação dos moradores e Prefeitura e visualização de não identificação do Parque nos grandes sistemas de GPS da atualidade

Fonte: Google Maps, 2021.

visitantes a desenvolver uma ligação sustentável e responsável com a cidade, a natureza e suas expressões paisagísticas. São ações que demonstram que, sem a implicação das pessoas, qualquer protocolo ou convenção para tratar da paisagem será ineficaz (Barbosa, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, buscamos destacar que as construções das composições paisagísticas expressam a marcação de demandas pela melhoria da qualidade de vida, a valorização das expressões identitárias e a tentativa de criação de um sistema simbólico baseado nas práticas corporais comuns, assegurando a apropriação dos espaços a partir da delimitação de suas atividades. Pode-se observar que a construção dessas composições paisagísticas comunitárias também expressa um interesse dos grupos locais de

combater problemas ambientais e estéticos de suas comunidades, como o problema do acúmulo de lixo em espaços públicos. Muitas dessas composições paisagísticas apresentam algumas artes e ações educativas que buscam educar as pessoas sobre o cuidado na destinação do lixo e da gestão sustentável dos seus espaços imediatos.

Dessa forma, essas mobilizações expressam um conjunto de preocupações estéticas pragmáticas que, a partir do debate teórico construído com Sgard (2010), Berleant (2013) e Besse (2018), indicam-nos uma aproximação das percepções estéticas com o meio circundante e com as reivindicações desses habitantes em suas vidas diárias. Assim, associa-se a paisagem não apenas aos espaços tradicionalmente codificados em nome da beleza, mas a todo o conjunto do mundo sensível e das vivências dos habitantes com o mundo.

À sua maneira, esses pequenos atos podem ser considerados como reveladores de uma certa “atitude estética”, cujos gestos da vida cotidiana revelam o interesse pelo sensível, pela beleza no cotidiano, separando-os do sublime e do pitoresco, e que contribuem para validar as preocupações socioambientais anunciadas a partir de uma estética do cuidado e de proximidade com o meio. Essas questões podem ser compreendidas como expressões de uma cidadania paisagística, no sentido que são ações que consideram a paisagem como “um recurso que pertence a todos, onde todos têm o direito de ver, ser e estar na paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida” (Barbosa, 2020, p. 271).

Dessa maneira, as composições paisagísticas observadas dentro da cidade do Recife podem ser compreendidas como intervenções que são provenientes das ações de vivências e contestação

promovidas pelos moradores, com a participação de colaboradores, e posterior anuência dos órgãos institucionais. São intervenções que mostram o protagonismo social coletivo como parte do sentimento de pertencimento criado através de uma rede de relações complexas. O desejo de mudança e protagonismo que intervêm no espaço urbano na tentativa de garantir melhor qualidade de vida pode se expandir e despertar a criticidade dos cidadãos a partir do engajamento desses atores em suas realidades imediatas.

Perante o exposto, a criação de composições comunitárias nos espaços públicos do Recife se apresenta de maneira complexa, com diversos atores que, de formas distintas, interferem na habitabilidade urbana e na difusão do debate sobre a cidadania paisagística. Essas intervenções buscam demonstrar que essas comunidades precisam de intervenções que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar coletivo, valorizando seus territórios e seu estar no mundo. Dessa forma, possibilitam pensar em processos de resistência e construção de visibilidade social e permite-nos apreender uma dinâmica política expressa a partir de lutas na, pela e a partir da paisagem. Apoiado em atos conscientes de atribuição de valor aos seus territórios e a partir de interesses políticos e sociais, as ações de valorização paisagística, de educação ambiental e gestão dos resíduos sólidos demonstram a centralidade dos atores locais na condução de políticas de planejamento e gestão dos espaços da cidade. ○

REFERÊNCIAS

ALVES, Teresa. Paisagem - em busca do lugar perdido. **Finisterra**, XXXVI, 72, 2001, p. 67-74.

ANDRADE, Maria Vitória; BARBOSA, David Tavares; MACIEL, Caio Augusto Amorim. Composições comunitárias de espaços públicos e praças: Ações pelo direito à paisagem na cidade do Recife/PE. In: III Lote e quadra, cidade e território: Espaços livres, redes ecológicas e o direito à paisagem, 2021, Niterói. **Anais: Lote e Quadra, cidade e território: Espaços livres, redes ecológicas e direito à paisagem.** Paisagens Híbridas, ECA-UFRJ, 2021, Niterói.

ANDRADE, Maria Vitória; BARBOSA, David Tavares. Composições paisagísticas comunitárias: Movimentos de apropriação sociocultural do espaço público no bairro da Torre, Recife (PE). In: VIII NEER – Das metamorfoses às resiliências, 2022, Cidade de Goiás. **Anais caderno de resumos do VII Colóquio Nacional da Rede do Núcleo de Estudos em Espaço e Representação: das metamorfoses às resiliências.** NEER, 2022, Cidade de Goiás.

BARBOSA, D. T. **Ver, estar e ser (n)a paisagem:** Cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE. Rio de Janeiro. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

BERLEANT, Arnold. Estética e ambiente. In: SERRÃO, Adriana (Coord.). **Filosofia da Paisagem** – Uma antologia. 2ª edição. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013b, p. 377-394.

BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo:** Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BESSE, Jean-Marc. Paysages en commun – Editorial. **Les Carnets du paysage**, n. 33, printemps 2018 – Paysages en commun. Marseille: Actes Sud et l'École Nationale Supérieure de paysage, 2018, p. 05-13.

CARNEIRO, Ana. **Os espaços verdes na história do Recife.** Paisagem e Ambiente, São Paulo, p. 67-82, 1 jan. 2004.

CASSIANO, Salésia Alves; SILVA, Wandson do Nascimento; SILVA, Marilene Barbosa. Educação ambiental como prática na formação da cidadania ambiental: possibilidades e desafios numa escola municipal.

In: EL-DEIR, Soraya Giovanetti; AGUIAR, Wagner José; PINHEIRO, Sara Maria Gomes. **Educação Ambiental na gestão de resíduos sólidos.** Recife, EDUFRPE, 1. ed. 2006, p. 5-291.

CARVALHO, Biana. Moradores transformam área abandonada em 'praça' com livros e brincadeiras para crianças. **TV Globo**, 06 jan.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/01/06/moradores-transformam-area-abandonada-no-recife-em-praca-com-brincadeiras-e-livros-para-criancas.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GIL, Antônio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: EDITORA ATLAS, 2002. p. 176.

GONÇALVES, F. C. C. A paisagem como fenômeno e objeto de interesse público: com que direito?. Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Sistema Eletrônico de Revistas SER/UFPR.** v. 34, 2015. p. 99-116.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011, p. 333-361.

LEFEBVRE, H. Problemas teóricos da autogestão. **GEOgraphia, Nosso Clássicos.** Niterói, Universidade Federal Fluminense. Vol.19, N. 41, 2017: set./dez.

LINS, Letícia. Jardim Secreto completa três anos: Esforço coletivo, mudança e resultado. **OxeRecife**, 25 jun.2020. Disponível em: <https://oxerecife.com.br/jardim-secreto-completa-tres-anos-transformador-por-natureza/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MENDES, Giorgia; MELO, Maria; ANDRADE, Aline. Estudos dos conflitos socioambientais das regiões político-administrativas noroeste (microrregião 3.3) e oeste da cidade do Recife/PE. **V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação.** IFAL, ano 2010, n. V, p. 1-8, 2010.

MENEZES, Marat Troina. Tratamento de resíduos sólidos. **Cadernos técnicos morar carioca lixo e resíduos sólidos urbanos.** Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2014, p. 10-56.

NE2. Moradores de Jardim Brasil 1 transformam a praça em um espaço de convivência. **TV Globo**, 01 mai. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7583213/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Intervenções paisagísticas comunitárias: cidadania paisagística e autogestão da paisagem no bairro do Vasco da Gama, Recife (PE)
 Maria Vitoria Andrade, David Tavares Barbosa e Caio Augusto Amorim Maciel

OLIVEIRA, Wagner. Jardim São Paulo Moradores transformam área abandonada em praça para comunidade. Grupo fez limpeza no local e deu cara nova ao espaço onde só havia lixo e mato. **Diário de Pernambuco**, 30 jan. 2016. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vida-urbana/2016/01/moradores-transformam-area-abandonada-em-praca-para-comunidade.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. **Dados Recife**, Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Parques e Praças. Disponível em: <http://dados.recife.pe.gov.br/dataset/parques-e-pracas/resource/18e58d3b-8096-4bac-bc18-273bacd7d01c>. Acesso em: 16 fev. 2022.

REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo. ORIGEM DA EXPANSÃO DO RECIFE: Divisão do solo e configuração da trama urbana. **V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo**, Barcelona-Buenos Aires, 2013, p. 1-14, 30 mar. 2021. Disponível em: https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/Reynaldo_ORIGEM-

[DA-EXPANS%C3%83O-DO-RECIFE-Divis%C3%A3o-do-solo-e-configura%C3%A7%C3%A3o-da-trama-urbana.pdf](#). Acesso em: 30 mar. 2021.

SGARD, Anne. Une «éthique du paysage» est-elle souhaitable?. **Vertigo** – Revue électronique en sciences de l'environnement. Vol. 10, n. 1, abril 2010. Disponível em: <http://vertigo.revues.org/9472>. Acesso em: 03 mai. 2016.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. Ensaio sobre a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade. **Geografares**, n. 7, 2009, p. 35-49. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/149/75>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ZUSMAN, Perla. La Tradición del trabajo de campo en Geografía. **Geograficando**, 2011, p. 15-32. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5089/pr.5089.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

Submetido em novembro de 2023.

Aceito em janeiro de 2024.